Chuvas ainda oferecem risco para o verão dos cariocas

Rio Como Vamos mostra o que está e não está sendo feito para evitar tragédias

RIO COMOVAMOS
Meio Ambiente

• Em abril do ano passado, uma forte chuva deixou um rastro de destruição e mais de 60 mortos na cidade. Na época, um levantamento do Rio Como Vamos mostrou que programas — dentro do Protocolo Rio Sustentável (a política carioca sobre mudanças climáticas) e do Plano Estratégico da prefeitura — ajudariam o município a resolver problemas crônicos decorrentes da chuva, da falta de investimentos governamentais e das ocupações irregulares de encostas. As medidas previam desde a criação de um sistema de alerta de risco até obras definitivas de infraestrutura. Quase um ano depois, o RCV volta ao tema para checar se o Rio está melhor preparado para este verão.

O sistema de alerta foi lançado este mês. Um total de 1.875 agentes comunitários de saúde e 300 líderes de associações de moradores já foram treinados para atuar como elo entre a Defesa Civil e a comunidade e, quando necessário, ajudar na retirada de moradores das áreas de risco. No Sumaré, foi instalado um radar meteorológico, que identifica com antecedência a chegada de tempestades. A partir daí, os agentes são avisados por mensagem no celular e, diante da constatação do perigo devido à intensidade da chuva, sirenes dão o alerta para que os moradores sejam levados para bases seguras. Trata-se de um mecanismo necessário, já que as obras para acabar de vez com o perigo ou não foram concluídas ou nem foram iniciadas.

— O sistema de alerta não é a solução. A solução é a contenção de encosta, é o reassentamento. Mas, enquanto essas obras não ficam prontas, o sistema salvará vidas — admitiu o prefeito Eduardo Paes, durante a inauguração das sirenes no Morro do Borel, no dia 21.

Três mil famílias têm que ser removidas

Para nortear essas intervenções de caráter definitivo, o mapeamento das áreas de risco em encostas, também anunciado em abril, foi concluído, assim como 98% das obras emergenciais (onde houve deslizamentos na época). O levantamento geotécnico, elaborado pela Geo-Rio, foi apresentado no início deste mês e apontou pontos críticos em 117 comunidades de 52 bairros, ameaçando 18 mil moradias. A solução para a segurança dessas famílias, no entanto, não sairá este verão. Segundo a Geo-Rio, "a partir deste levantamento, o próximo passo da prefeitura é trabalhar na elaboração de projetos de obras específicas para cada comunidade". De acordo com o secretário municipal de Habitação, Jorge Bittar, estima-se que de 80% a 90% dessas moradias possam ser preservadas, com a realização de intervenções urbanísticas (incluindo contenção de encosta) nas comunidades, como as do programa Morar Carioca.

— O sistema de alerta é essencial. Os números e diagnósticos indicam grande vulnerabilidade, sobretudo para a população que vive em área de risco. Não há mais tempo para burocracias e atrasos — ressalta a presidente-executiva do Rio Como Vamos, Rosiska Darcy de Oliveira.

Segundo a Geo-Rio, a meta para 2011 é fazer intervenções em 27 das 117 comunidades listadas no mapeamento, cujas obras, muitas delas pelo Morar Carioca, ainda não foram iniciadas ou sequer licitadas. Elas beneficiariam cerca de 2.500 famílias. Somando-se essas comunidades às 47 que receberam obras emergenciais em 2010, seriam, então, 74 localidades cobertas, restando do mapa da Geo-Rio outras 43. Para essas comunidades, ainda não há cronograma de obras divulgado. Pelo Morar Carioca, o prazo para que todas as favelas estejam urbanizadas é 2020.

Coordenador do Laboratório de Geomorfologia Ambiental e Degradação dos Solos (Lagesolos) da UFRJ, Antônio Guerra diz que a tragédia recente na Região Serrana deixa duas lições para o Rio. A primeira é que toda encosta, a princípio, tem algum grau de risco, que deve ser avaliado e tratado de forma criteriosa. A segunda é que tanto órgãos oficiais, como a Defesa Civil, como a população dessas áreas devem ser submetidas com frequência a simulações de emergência, como as realizadas em Angra dos Reis para o caso de acidente nas usinas nucleares. Antônio Guerra aprova a criação do sistema de alerta, mas frisa que as obras de contenção previstas não podem ser negligenciadas.

Em relação ao reassentamento, segundo o secretário Jorge Bittar, esta é a única alternativa para cerca de três mil famílias que vivem nas áreas de risco mapeadas pela Geo-Rio. Elas entrarão na fila por imóveis do programa Minha Casa, Minha Vida, onde já estão 2.400 pessoas removidas em abril e que recebem aluguel social, enquanto aguardam um imóvel novo. Outras 860, que vivem em pontos de alagamento às margens do Rio Acari, também estão na fila. Ainda em 2010, 3.100 famílias desabrigadas receberam unidades do Minha Casa, Minha Vida.

— As mudanças climáticas são uma caixa-preta ameaçadora. Sobre isso, o diálogo do governo com a população tem que ser intensificado e claro. A informação honesta é a melhor arma de convencimento. A outra é a certeza de uma alternativa que não desestruture completamente a vida das pessoas. O problema é de toda a cidade — concluí Rosiska Darcy. ■

O GLOBO NA INTERNET
OPINIÃO Conhece áreas de risco que podem ser afetadas pelas chuvas?
oglobo.com.br/rio/riocomovamos/

Editoria de Arte

PROJETOS SUSTENTÁVEIS PARA PREVENIR DANOS DOS TEMPORAIS

PROJETOS PREVISTOS	OBJETIVO	META	SITUAÇÃO EM ABRIL DE 2010	RESULTADO ATÉ O MOMENTO
Reflorestamento de 1,5 mil hectares	• Recuperação do ecossistema • Prevenção de ocupações irregulares	• Reflorestamento de 300 hectares em 2010, 600 hectares em 2011 e mais 600 em 2012	• Estava sendo feito um levantamento das encostas a serem reflorestadas. Em julho começaria a abertura de 30 frentes de trabalho	• 4 empresas foram escolhidas por licitação, mas só um contrato para 48 hectares foi assinado • 108 hectares estão sendo reflorestados por mutirão
Macrodrenagem da Bacia de Jacarepaguá	• Recuperação ambiental • Redução de enchentes • Melhor funcionamento das redes de esgoto e drenagem	• Intervenções em 15 rios, com drenagem de 543.186 m² • Reduzir em 20% o número de pontos críticos de enchentes até 2012	• 4 licitações tinham sido feitas • Três delas deveriam ter suas obras iniciadas em 30 dias, com execução em 18 meses. As obras da quarta licitação ainda não tinham prazo para começar	• Projeto em fase de licitação, com previsão de início das obras neste primeiro semestre de 2011 • Obra orçada em R$ 340 milhões
Recuperação de áreas degradadas nas margens de rios (com reflorestamento de 158 hectares)	• Reassentamento das comunidades ribeirinhas • Proteção das margens dos rios	• Conclusão das obras de reassentamento das famílias e do reflorestamento até dezembro de 2011	• Estava sendo feito um levantamento das áreas que seriam beneficiadas	• Em 2010, a Rio-Águas investiu cerca de R$ 11 milhões em obras emergenciais em rios da região
Sistema de Gestão de Riscos da Prefeitura deverá contemplar medidas de prevenção, monitoramento e adaptação	• Adaptar o sistema de Defesa Civil às consequências das mudanças climáticas • Desenvolver amplo programa de reassentamento de famílias moradoras de áreas de risco	• Investir somente em 2010 mais de R$ 100 milhões em obras nas encostas	• A Geo-Rio tinha iniciado em 12 de abril a atualização do mapa de riscos da cidade, que deveria levar seis meses • 8.000 famílias que moravam em áreas de risco atingidas pelas chuvas estavam sendo reassentadas	• Em 2010, a Geo-Rio investiu R$ 145 milhões em 300 obras emergenciais em encostas, por causa das chuvas de abril – 98% delas já foram concluídas • Mapeamento de risco concluído • 5.500 famílias reassentadas em 2010 (3.100 pelo Minha Casa, Minha Vida e 2.400 com aluguel social)
Ações educativas para prevenir danos	• Criar Núcleos Comunitários de Defesa Civil preparados para ser a ligação entre o sistema de alerta e as comunidades em risco iminente	• Equiparar o número de agentes comunitários de Defesa Civil ao dos agentes de saúde do Programa de Saúde da Família, conforme o PSF é ampliado	• Já tinham sido capacitados 321 voluntários em 58 regiões de Bangu, Jacarepaguá, Guaratiba e comunidades das zonas Norte e Sul	• Implantado o sistema de alerta e criados Núcleos Comunitários de Defesa Civil • 1.875 agentes e 300 líderes comunitários já treinados
Desenvolvimento de estudos de impactos das mudanças climáticas	• Ampliar o universo de conhecimento e melhorar a qualidade do planejamento	• Qualificar os quadros de Defesa Civil para situações de emergência • Gerar informações e disponibilizar tecnologias a serem usadas na prevenção de tragédias	• Adesão da Defesa Civil ao convênio para criar Centro Universitário de Estudos sobre Desastres • Estava em aquisição um radar meteorológico para o Alerta Rio, capaz de captar temporais mais rapidamente	• Novo radar já em operação (R$ 2,5 milhões investidos) • Inaugurado o Centro de Operações Rio, capaz de otimizar o sistema de alerta de risco em caso de temporal

Fontes: Protocolo Rio Sustentável, Plano Estratégico da Cidade, Relatório de Metas da Prefeitura (out/2010), Rio-Águas, Geo-Rio, Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil. Elaboração: Rio Como Vamos

Márcia Foletto/6-4-2010

PEDESTRES usam um barco para atravessar a Praça da Bandeira alagada em abril de 2010

RCV monitora 13 áreas

• O Rio Como Vamos (RCV) monitora os indicadores de qualidade da cidade e acompanha o desempenho da administração pública em 13 áreas fundamentais para a sociedade: saúde; transporte; educação; segurança pública e violência; pobreza e desigualdade social; meio ambiente; lazer e esporte; habitação e saneamento básico; inclusão digital; trabalho, emprego e renda; cultura; vereadores; e orçamento. Os resultados são divulgados mensalmente pelo GLOBO e pelo site do jornal.

O RCV é apartidário e tem o apoio de Fecomércio, Firjan, Associação Comercial, Synergos, Observatório de Favelas, Iser, Cedaps, CDI, Idac, Ethos, Banco Real, Iets, Santander, Grupo Libra, Unicef e Fundação Avina, Light, Metrô Rio, UTE Norte Fluminense, CHL e KPMG.

Nos últimos meses, o RCV analisou, entre outros temas, o índice de crimes violentos na cidade, a expansão das favelas, os rumos da educação, a realidade da Zona Portuária e o mercado de trabalho brasileiro. Também mostrou que o projeto do Plano Diretor de Drenagem Urbana, previsto desde 1992, está 18 anos atrasado. O tempo gasto pelo carioca no transporte público entre a casa e o trabalho foi um dos assuntos abordados ano passado. Em novembro, após a ocupação do Complexo do Alemão, o movimento mostrou que a região tem alguns dos piores índices sociais da cidade.

Rio tem mais de 200 pontos de alagamento

Meta é resolver problema em 20% das áreas

• Nas encostas, pela programação atual, o risco de deslizamento levará ainda alguns verões para ser eliminado. Nas áreas onde os problemas crônicos relacionados às chuvas são os alagamentos, a situação não é diferente. Em 2010, a Rio-Águas listou 245 pontos críticos, dos quais 13 foram eliminados ao longo do ano. No Plano Estratégico e no Protocolo Rio Sustentável, a meta estabelecida é de redução de 20% desses pontos até 2012, mas, segundo o órgão, pode chegar a 26%. Mesmo assim, ao fim do governo Paes, restariam ainda cerca de 180 áreas de alagamentos.

— Há anos não há investimentos na infraestrutura pluvial da cidade. A consequência disso é que temos hoje um sistema de macrodrenagem sufocado, que sofre os efeitos do lixo que é jogado nas ruas e acaba entupindo as galerias. As obras necessárias para melhorar esse sistema são caras e demoradas, precisam ser feitas em etapas. Diante disso, precisamos fazer essa infraestrutura instalada precária funcionar plenamente. E isso só é possível com uma manutenção criteriosa, que hierarquize os pontos críticos, que demandam maior periodicidade de limpeza — avalia o coordenador do Laboratório de Hidrologia da Coppe/UFRJ, Paulo Canedo.

No Rio, a limpeza das galerias é feita pelo Programa Integrado de Manutenção da Drenagem, coordenado pela Secretaria de Conservação, em conjunto com a Comlurb. O serviço é realizado sem distinção, segundo o órgão, em toda a cidade. Em 2010, até novembro, 717 quilômetros de galerias e 170 mil ralos foram limpos.

Entre as obras de drenagem previstas, duas das maiores e mais caras ainda nem começaram a sair do papel. Na Praça da Bandeira, a construção de quatro piscinões para acumular a água das chuvas contará com R$ 293 milhões do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Já a macrodrenagem de Jacarepaguá custará R$ 340 milhões e está em fase de licitação, com previsão de início este semestre.

A reboque de tudo isso, o Plano Diretor de Drenagem da cidade começa, finalmente, a se tornar realidade, com quase duas décadas de atraso. O plano, cujo objetivo é traçar prioridades para melhorar a drenagem urbana, é previsto em lei desde 1992, mas nunca havia sido feito. Em abril, a Rio-Águas anunciou que estava investindo R$ 10,5 milhões em sua execução. Quase um ano depois, segundo o órgão, o plano está com apenas 25% dos estudos já executados.